

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: 927

Data: 14/5/96 Pg A-3

Class: 21

O preço da devastação do cerrado

Washington Novaes *



Os goianos estão aflitos. À boca pequena, corre a notícia de que o estado – como vários envolvidos na guerra fiscal para atrair investimentos – pode ser preterido na escolha que um grande grupo sulino da área do agribusiness está para anunciar, quanto ao local para uma nova unidade, no valor de algumas centenas de milhões de reais. O investimento iria para Minas, porque o sudoeste goiano – área que preencheria todos os outros requisitos – não tem condições de fornecer um insu- mo decisivo: lenha para caldeiras.

Se se concretizar a informação, será um duro castigo para o descaso com que a questão ambiental foi tratada no estado durante décadas e até recentemente. E que levou, naquela região do estado, praticamente ao desaparecimento da vegetação nativa do cerrado.

Não há informações confiáveis sobre essa região específica. Mas para o conjunto do estado, diz o IBGE que em poucas décadas, principalmente a partir de 1970, desapareceram no estado dois terços da vegetação do cerrado, assim como 70% das áreas de floresta. A Associação dos Engenheiros Florestais do Estado garante que a cada ano está sendo devastada 2% da vegetação nativa. A razão principal do desmatamento, especialmente no Sudoeste, onde é mais intenso, está no modelo agrícola importado do Sul do País, de mecanização ultra-intensiva, que exige, para isso, a remoção de toda a cobertura vegetal, sem manter sequer a reserva de 20% exigida pela lei.

Agora, os custos altos começam a aparecer. Um estudo do Fundo Mundial

para a Natureza (WWF), divulgado em 1995, menciona que a perda de solo fértil no cerrado pode estar chegando a 12 quilos por quilo de grão produzido – com altíssimo custo de reposição via fertilizantes. Numa região em que até há 20 anos bandos de emas cruzavam as poucas rodovias, hoje é difícil enxergar, durante horas de viagem, um só “pé de pau”, como dizem os antigos. Na temporada de ventos, a partir de julho, quando a entressafra deixa a terra nua e desprotegida, não é raro que se enxerguem no horizonte chuvas de lama, que desabam trazendo de volta as partículas carregadas pela ventania. E as fotos de satélites já evidenciam alguns pontos de desertificação na área.

Agora no cerrado, vítima da devastação, os custos altos começam a aparecer: é grande anualmente a perda de solo fértil

Há outras conseqüências. Especialistas começam a estudar a influência do desmatamento na intensificação dos chamados desastres naturais. Os ventos, sem árvores para atritar com eles, ganham velocidade progressiva e chegam aos centros urbanos com intensidade devastadora. Os rios se assoreiam, comprometem a qualidade da água (que recebe partículas e agrotóxicos), geram conflitos de uso com as cidades que deles precisam para o abastecimento. Conflitos agravados também pela utilização intensiva dos recursos hídricos na ir-

rigação: um pivô central precisa, em média, de um litro de água por segundo para cada hectare irrigado; Goiás já tem uns 70 mil hectares irrigados, o que gera um consumo de uns 70 metros cúbicos por segundo. Com a aspersão da água na irrigação, muda também o regime de sua dispersão, ninguém sabe exatamente para onde ela vai e o que acontece – até porque também não se conhecem os aquíferos subterrâneos (só no atual governo o estado começou a produzir um plano diretor de recursos hídricos), sua capacidade de reposição.

E não é só. No processo, vai-se embora a biodiversidade do cerrado, com seu valor econômico e medicinal, antes mesmo de ser estudada. Na hora em que a ciência começa a dizer ainda que talvez essa biodiversidade seja tão importante quanto a amazônica. Porque o cerrado é um bioma de transição entre os outros – a floresta amazônica, a Mata Atlântica, o Pantanal. Uma área de equilíbrio, com influência sobre todos os outros biomas. Além do mais, um bioma único, que só existe aqui. Não bastasse tudo isso, o cerrado começa a ser estudado pela ciência por outro ângulo – a sua capacidade de fixar carbono emitido para a atmosfera, de importância vital num tempo em que a poluição atmosférica nos ameaça com mudanças climáticas.

Um extraordinário escritor de Goiás, falecido há poucas semanas – Carmo Bernardes –, costumava dizer que o cerrado é “uma floresta de cabeça para baixo”. Porque ao contrário da floresta amazônica, que, com suas raízes superficiais, está quase toda exposta, a céu aberto, no cerrado a maior parte da biomassa é subterrânea. As raízes das árvores têm de mergulhar fundo em busca de água, pois o lençol está muito abaixo da superfície, enquanto na Amazônia está à flor da terra. Se é assim, a sobrevivência da vegetação do cerrado seria fundamental também por esse ângulo: biomassa para fixar carbono da atmosfera.

Haverá tempo? Os estudos do IBGE, de 1991, já diziam que só restavam uns 7% (quanto seria hoje?) de cerrado intocados; 37% já haviam desaparecido; e em 56% do bioma havia alguma forma de manejo econômico.

Não é só a agricultura de grãos que responde pela perda, embora ela já tenha uma produção em Goiás da ordem de 6,5 milhões de toneladas/ano. A pecuária também. E aí é igualmente grave: dizem vários estudos que no Centro-Oeste já há mais de 1 milhão de hectares inadequados para o plantio de capim. Em toda essa área, a probabilidade forte é de degradação das pastagens, um processo irreversível porque exaure o solo. A degradação de pastagens é uma

das causas de um problema apontado pelo mencionado relatório do WWF: 25% das áreas que perderam sua vegetação nativa não têm ocupação econômica. Entre as outras causas, a primeira é o desmatamento produzido pelo temor de desapropriação de terras para a reforma agrária (o conceito de terra improdutiva está relacionado com a presença de vegetação nativa). Outra razão está nas carvoarias, que destinam seu produto às gusarias de Minas. Segundo técnicos da área ambiental, saem de Goiás duzentos caminhões de carvão por dia, sem falar nos que transitam pelo estado, oriundos de Mato Grosso, Piauí, Tocantins e Bahia. Muitos proprietários arrendam suas terras para carvoeiros, porque assim cobrem uns 40% dos custos de desmatamento. O trabalho escravo de adultos e crianças poderia ser outro ângulo dessa história.

O Fundo Mundial para a Natureza (WWF) diz que 25% das áreas que perderam sua vegetação nativa não têm ocupação econômica

A lei florestal, em vigor há décadas, exige de quem desmata uma reposição de vegetação. Mas como nenhum estado se importava, as gusarias de Minas promoveram a reposição perto das usinas, e não no local de origem do carvão. E só no ano passado Goiás fez sua lei florestal, exigindo a reposição em seu território.

É por essas e outras que o tal investi-

mento pode não se concretizar em Goiás, e sim onde? Em Minas, que também quase não tem mais cerrado, mas tem áreas reforestadas, a maior parte fruto da aplicação de incentivos fiscais (o que sobrou do desvio constatado – sem qualquer conseqüência – no IBDF, que era o órgão concedente e fiscalizador, por volta de 1988).

O episódio poderia servir pelo menos para uma reflexão dos governos estaduais da região do cerrado. Porque faz aflorar uma série de questões para as quais não deram importância nas últimas décadas. Agora se vê que a perda de vegetação nativa, o uso predatório da água e de outros recursos têm e terão conseqüências, não só de ordem ambiental mas também de ordem econômica. É preciso começar a repensar os modelos, aperfeiçoá-los. Introduzir a prática da contabilidade ambiental, da quantificação dos recursos naturais, sua internalização nos custos dos empreendedores.

Se não for assim, amanhã cada um desses estados poderá ser surpreendido por questões desagradáveis e complexas. Além da perda de investimentos, uma delas poderá ser a prevalência, no Primeiro Mundo, de uma tendência que já se esboça – e já mencionada neste espaço – de taxar menos o capital e o emprego, e mais o fluxo de recursos naturais. Nesse caso, poderá haver sérios complicadores na parte das atividades brasileiras voltadas para o mercado externo (como a cultura de grãos). Nestes tempos de globalização, pode ser quase tudo.

* Jornalista